



**REGISTRO DA COMEMORAÇÃO DOS VINTE ANOS DA PROMULGAÇÃO DA
LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, NA SEGUNDA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA.**

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e dois de março de dois mil e dez, no Plenário Amyntas de Barros, sob a presidência da Vereadora Luzia Ferreira, reuniu-se a Câmara Municipal de Belo Horizonte - CMBH -, para a Comemoração dos vinte anos da promulgação da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte - LOMBH. A Presidente convidou, para compor a Mesa: 1) o Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias; 2) o Vice-Prefeito de Belo Horizonte, Roberto Carvalho; 3) o Senador Eduardo Azeredo; 4) o Deputado Estadual André Quintão; 5) o Deputado Estadual Carlos Gomes; 6) o Vice-Presidente da CMBH no ano de 1990, Aristides Vieira; 7) a Secretária Adjunta Municipal de Desenvolvimento Regional e Políticas Urbanas, Maria Simões Pires. Em seguida, pronunciou as seguintes palavras: “Sob a proteção de Deus e em nome do povo de Belo Horizonte, declaro aberta este evento”. Ouviu-se o Hino Nacional do Brasil, executado pela Banda de Música da Guarda Municipal de Belo Horizonte. Em seguida, a Vereadora Luzia Ferreira considerou a promulgação da Lei Orgânica de Belo Horizonte como o início de um novo tempo para Belo Horizonte, quando a Cidade criou seus próprios instrumentos de governo, conforme suas particularidades, com intensa participação popular. Segundo a Vereadora, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 inaugurou uma nova ordem política, consagrando o municipalismo. Explicou que coube à LOMBH revigorar os poderes Executivo e Legislativo, definindo as prioridades de atuação do processo legislativo. Afirmou que a Lei Orgânica ofereceu ao Legislativo Municipal mecanismos para o



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

seu funcionamento, como a tramitação dos projetos de lei, audiências públicas e seminários legislativos, além da criação, mais recentemente, do Núcleo de Cidadania, da Escola do Legislativo e da Comissão de Participação Popular. Considerou que o desafio maior dos gestores públicos municipais é reforçar a autonomia municipal, respaldada pelo maior repasse de recursos, e aperfeiçoar instrumentos de diálogo e participação popular. Lembrou que Belo Horizonte foi um dos primeiros municípios brasileiros a promover a cidadania plena, e que, neste momento, é preciso fazer uma avaliação do caminho até então percorrido e daquele que ainda é necessário percorrer. Manifestou sua crença de que Belo Horizonte avançou muito na prestação de serviços públicos básicos, nas decisões de interesse coletivo e no incentivo à participação popular, por meio dos conselhos municipais, por exemplo. Anunciou a criação de uma comissão especial na Câmara Municipal para estudar a LOMBH e definir em que pontos a Constituição do Município precisa ser alterada ou modificada, e ainda, a produção de uma revista e um vídeo institucional sobre as duas décadas da Lei Orgânica. Passou a palavra aos convidados. O atual vice-prefeito de Belo Horizonte, Roberto Carvalho, considerou que a elaboração da Lei Orgânica, durante a 11ª Legislatura, no período de 1989 a 1992, representou um avanço para a Cidade, inserindo-a na modernidade, com participação popular e justiça social. Eduardo Azeredo comentou que era vice-prefeito de Belo Horizonte quando a Constituição do Município foi promulgada e, logo depois, assumiu o comando da Prefeitura. Afirmou que o momento era de extrema efervescência política, de valorização da cidadania e da própria Cidade. Considerou que o ato lançou novas responsabilidades para o Município, como as de promover saúde, ensino público e trânsito. Afirmou que o Município tem muito o que comemorar nesses vinte anos de Lei Orgânica. Patrus Ananias comentou ter sido relator do projeto de lei que propôs a criação da LOMBH. Disse que, quando os vereadores



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

começaram a 11ª Legislatura, havia muita desconfiança em relação ao processo de elaboração da Lei Orgânica. Considerou que as discussões foram feitas com muita transparência, lealdade e visando ao bem comum dos belo-horizontinos, independentemente das filiações partidárias. Lembrou que um dos instrumentos que estavam presentes na LOMBH era o Orçamento Participativo, que, segundo afirmou, hoje funciona plenamente. Destacou as políticas de segurança alimentar e nutricional, assistência social e os aspectos éticos da Constituição Municipal. Na sequência, foi lançado o selo e o carimbo postal comemorativos dos 20 anos da Lei Orgânica. Fernando Miranda, diretor dos Correios em Minas Gerais, explicou que o selo personalizado permite homenagear fatos históricos, personalidades, divulgar eventos ou logomarcas. Disse que o selo personalizado transforma uma simples correspondência em uma peça diferenciada e em uma mídia de alta penetração. Afirmou que esta edição comemorativa vai levar a imagem da CMBH ao mundo inteiro, eternizando-a. A Vereadora Luzia Ferreira, o Ministro Patrus Ananias, o Senador Eduardo Azeredo, o Vice-Prefeito Roberto Carvalho e o Procurador Roberto Pacciareli foram convidados a fazer a obliteração do selo. Após, a Presidente recebeu, das mãos de Fernando Miranda, a réplica do “Carimbo Comemorativo 20 anos da Lei Orgânica de Belo Horizonte”. Dando prosseguimento a esta solenidade, Patrus Ananias proferiu a palestra “Promulgação da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte”. Após, a Presidente, acompanhada dos vereadores que compõem a Mesa Diretora da CMBH, fez o descerramento simbólico de placa alusiva às comemorações dos 20 anos da Lei Orgânica, com o seguinte texto: “Aos 22 dias do mês de março de 2010, durante a solenidade comemorativa do 20º aniversário da Promulgação da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, os representantes do povo desta Capital renovaram o compromisso desta Casa Legislativa com a democracia, com a valorização do poder local e com as diretrizes de justiça



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

social eleitas em 1990 como base do desenvolvimento de Belo Horizonte. Palácio Francisco Bicalho, 22 de março de 2010. Assinam todos os vereadores da 16ª Legislatura.” O Locutor informou os vereadores interessados em compor a comissão para estudo e revisão da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, a saber, Arnaldo Godoy, Edinho Ribeiro, Fred Costa, Iran Barbosa, Leonardo Mattos, Maria Lúcia Scarpelli, Pablo César-Pablito, Paulo Lamac, Pricila Teixeira, Sérgio Fernando e Preto. Em seguida, passou-se à homenagem aos vereadores da 11ª Legislatura, no período de 1989 a 1992, responsáveis pela elaboração, votação e promulgação da LOMBH. O Locutor anunciou, na sequência dos trabalhos, a realização da palestra “Lei Orgânica e o futuro do municipalismo”, a ser proferida pelo Advogado Publicista José Nilo de Castro, e da mesa-redonda “Representação, participação popular e o Poder Legislativo na democracia brasileira”, com a participação de Gustavo Ponce de Leon Soriano Lago, Magna Inácio e Marinella Machado Araújo. Nada mais havendo a ser tratado, a Presidente agradeceu a todos pelo comparecimento e declarou encerrados os trabalhos.

Belo Horizonte, 22 de março de 2010

Presidente:.....